

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

“PENSANDO LIBERDADE E CENSURA NO BRASIL DA DITADURA CIVIL-MILITAR E DOS DIAS ATUAIS – UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA”

Giovana Alves de Castro¹
Bruna Daum Alves²
Eric Gruber³

Resumo: O Objetivo do presente trabalho é apresentar a atividade realizada pelo PIBID História 1 UFPR nos colégios Manoel Ribas e Dom Pedro II, ambos em Curitiba, sob coordenação da Profa. Dra. Karina KosickiBelotti e orientação dos professores Alisson Gonçalves e Daniel Nodari. A atividade aplicada foi referente à Ditadura Militar no Brasil e aos discursos opressores que a legitimaram, assim como analisar a Lei antiterrorismo da Copa e sua analogia com o AI-5 da Ditadura, atividade esta que teve como alvo a compreensão do que os alunos entendem por censura, liberdade de participação política e expressão e o entendimento dos mesmos das contradições do discurso militar que se apresentava como uma “revolução” e como isso ainda ocorre na atualidade.

Palavras-Chave: Ditadura Militar. Copa do Mundo. Censura.

O subprojeto PIBID 1 História UFPR tem como eixo central o trabalho com Cultura, Identidades Culturais e Pluralidade no ensino fundamental, trabalhando com a formação, definição e importância das diversas culturas presentes na História. A atividade presente neste trabalho foi preparada pelos bolsistas: Luciane Felisbino, Eric Gruber, Flávia Melo, Paula Marinelli, Suele Maya, Luiz Felipe Dias e Daniele Viena. A atividade foi preparada por um grupo de bolsistas PIBID que, amparados na memória dos 50 anos do Golpe, buscaram bibliografia de apoio e materiais adicionais na internet que pudessem dar um panorama contextual da Ditadura no Brasil na medida em que aproximassem o aluno do seu dia-a-dia.

A atividade foi aplicada em dois colégios da cidade de Curitiba, o Colégio Manoel Ribas e o colégio Dom Pedro II que possuem localizações, realidades social e econômica diferentes, fato que influencia nos resultados da atividade quando introduzimos nela a relação dos alunos, o tema e o cotidiano, como, por exemplo, o fato de a comunidade do Colégio Manoel Ribas ficar numa área que sofreu desapropriação por causa da Copa do Mundo da FIFA, sem que muitos de seus moradores tivessem escolha, o que poderia levar a uma reflexão das imposições e atos institucionais do período da Ditadura. Já no Dom Pedro II, cujos alunos possuem condições socioeconômicas mais estáveis, os exemplos foram mais focados nas manifestações de Junho de 2013. No colégio Manoel Ribas a atividade foi aplicada no mês de abril de 2014, sob a orientação do professor Alisson Gonçalves, e no Dom Pedro II a aplicação foi no mês de maio de 2014 sob a orientação do professor Daniel Nodari.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná. giovana_mps@hotmail.com.

² Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná. brunadaum14@gmail.com.

³ Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná. eric-gruber@hotmail.com

A atividade foi planejada para que a aplicação ocorresse em três aulas, sendo a primeira uma apresentação contextual mais factual sobre a Ditadura, explanando o contexto internacional da Guerra Fria e os principais fatos nacionais antecedentes do período em que o golpe se consolidou. Logo após, através da apresentação de conceitos, principalmente o de “democracia” em oposição ao que pode ser entendido como “revolução” ou “golpe”, procurou-se entender o que os alunos compreendiam e como encaravam o Estado democrático do qual fazem parte. A aparente legalidade dos atos institucionais foi abordada com essa base, assim como a manipulação da mídia no período.

Para trabalhar a questão da manipulação da mídia, os bolsistas realizaram uma seleção de fotos com manchetes e trechos de jornais. A escolha dos mesmos se baseou na possibilidade de mostrar para os alunos quais as temáticas e acontecimentos passíveis de censura assim como a forma com que a censura ocorria – como, por exemplo, por via da reutilização do espaço do jornal com um trecho literário.

A segunda aula, que ocorreu logo em seguida, foi baseada pelos textos “Liberdade de expressão, pluralismo e o papel promocional do Estado” e “Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão” (o primeiro, de Daniel Sarmento; já o segundo, de Octavio Penna Pieranti conjuntamente com Paulo Emílio Matos Martins) e trouxe para a discussão duas fontes: o AI-5 e o Projeto de Lei antiterrorismo da Copa, que apresentadas e explicadas para os alunos introduziram a atividade num segundo momento: o de pensar a relação entre a liberdade de expressão no período militar e a liberdade de expressão na contemporaneidade. Será que projetos como a Lei da Copa garantem a liberdade de expressão dada pela Constituição? O que seria um terrorista de acordo com essa Lei? Protestar, um direito do cidadão brasileiro, é fazer terrorismo? Na ditadura as pessoas tinham liberdade de fazer protesto, passeata, ou reclamar da situação em que se encontravam? Com essas questões em mente, e mesmo com as dificuldades de abordar um tema tão complexo, a atividade foi realizada e na 3ª aula destinada à atividade de avaliação.

A avaliação consistiu na escrita de um e-mail de resposta a um amigo argentino do/a aluno/a, chamado Leonel, que escrevera sobre a Ditadura Militar e sobre a Copa do Mundo do Brasil de 2014. A proposta foi a de que o/a aluno/a apresentasse uma compreensão geral sobre o que foi abordado na dinâmica e fizesse relações de diferença e de semelhança entre o AI-5 e

o “AI-5 da Copa”, além de discutir o que consistiu o período de ditadura civil-militar. Na mensagem de e-mail dada aos alunos, o suposto amigo argentino se mostrava ansioso por conhecer o Brasil durante a Copa, mas estava intrigado com o período militar no país, com atos institucionais e leis anti-democráticas, pois seu país também passou por um período similar. O amigo pedia então para que o aluno lhe explicasse como foi a Ditadura Militar no Brasil, o AI-5 e o que era o “AI-5 da Copa”, expondo porque alguns alegavam que era uma lei anti-democrática.

O trabalho com fontes foi um dos principais pontos da atividade, pois é primordial que os alunos sempre sejam incentivados a entrar em contato com estas, e sendo esta atividade um dos primeiros contatos dos alunos com fontes, ocorreram algumas dificuldades, porém os resultados foram estimuladores e constituíram base para as próximas atividades. A relação passado-presente que tentamos estabelecer durante a atividade – relacionando o AI-5 com a Lei Anti-terrorismo – também teve bons resultados, porém vimos que esta relação necessita ser mais trabalhada nas salas de aula, pois os alunos tem muita dificuldade em fazê-la. Vimos, porém, muito potencial para explorar e aprender a olhar tanto o passado quanto o presente de forma mais crítica.

2596

A avaliação foi um ponto extremamente positivo, colaborando muito no rendimento da atividade, porém poucas provas apresentaram a relação passado-presente esperada: a maioria limitou-se a uma repetição dos tópicos postos no quadro. Isso é sintomático de um condicionamento a qual estão submetidos os alunos, isto é, o conteúdo que está no quadro deve ser copiado, mesmo sem haver uma consciência sobre o sentido do que está escrito. Houve também dificuldade de expressão: quando conversávamos com as crianças sobre o que elas haviam entendido, percebemos que tinham conseguido estabelecer articulações entre passado e presente, bem como compreender a repressão durante o (para eles) distante Regime Militar. Contudo, ainda assim levamos a avaliação como uma experiência positiva na aplicação em si, pois os alunos se mostraram muito empolgados com o formato da atividade, o que nos mostra a importância de técnicas de avaliação alternativas – como o e-mail que projetamos para a atividade – pois quebra a ideia de avaliação formal e tradicional, dando mais liberdade ao aluno e levando inovações para a sala de aula.

Os resultados variaram em cada colégio. Na parte de interpretação não houve muita diferença, ambos tiveram as mesmas dificuldades de relação passado-presente e também na

hora de se expressar. As diferenças mais sólidas apareceram no momento de abordar o tema e no quanto os alunos conseguiram se aproximar dele, como por exemplo, o fato de os alunos do colégio Manoel Ribas conseguirem se aproximar muito mais por causa do ocorrido com sua comunidade, a realidade se torna muito mais palpável. Este fato é importantíssimo, pois assim os bolsistas desde já puderam enxergar a importância da abordagem e o reflexo da realidade subjetiva dos alunos no ensino. A experiência foi muito proveitosa e nos incentivou a continuar com trabalhos similares a este – com análise de fonte, relações históricas e com métodos alternativos de avaliação.

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolas; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: UNB, 2004.

MARTINS, Paulo Emílio Matos & PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas Públicas para as Comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão**. In: Revista de Administração Pública, FGV: Rio de Janeiro, 2008. n 2 vol. 42, pg 303-325

SARMENTO, Daniel. **Liberdade de Expressão, Pluralismo e o Papel Promocional do Estado**. In: Revista Diálogo Jurídico, UERJ: Salvador, 2007. n 16

2597